

Debates para Assegurar a Liberdade Religiosa no Brasil.

Segundo a Constituição Federal ^{de 1988}, a liberdade de culto e expressão religiosa é assegurada a todos os cidadãos, mediante a plenitude da lei. Distante do exposto em tese, observa-se que o Brasil, a princípio um estado declarado laico, consobera com a promoção desigual de visibilidade e exercer a religião, evidenciada pelo déficit na educação primária e olhar parcial quanto as manifestações de fé minoritárias.

Em primeira mão, a falta de direcionamento e discussões educacionais acerca da pluralidade religiosa se someta no crescimento do preconceito e da discriminação. A abordagem superficial, não-verídica e estereotipada de tais práticas ^{de} objetiva a população praticante tornando-as alvo de intolerância velada e marginalização, resultando da ignorância ~~(falta de)~~ choque cultural existente no país pela diversidade de habitantes. Foi fato, por ser o mais negligenciado, colabora para a persistência do problema.

Paralelo a isso, a falta de investimento igualitário a promoção da cultura e diversidade também intensifica as disparidades. A câmara dos Deputados no Congresso Nacional composta principalmente pelas bancadas evangélica e católica, com forte influência na tomada de decisões. Este fator não só estimula a centralização de investimentos para construção de templos ^{no país} como também é nocivo para as religiões de matriz africana, sem representação política e incentivo econômico, bem como marginalizadas pela demonização oriunda do culto cristão. Tal desmotivação governamental impede que tais práticas de fé alcancem o público com a mesma facilidade que as religiões dominantes e o permita conhecer suas origens e importância, mantendo situações de preconceito e intolerância.

Dessa forma, evidencia-se a importância de inserção deste tema no âmbito do Ministério da Educação implementar o ensino integralizado sob o olhar crítico e científico quanto as singularidades religiosas através do contato com tradições, ritos e cerimônias específicas de cada fé de modo a conhecer seu papel na formação da sociedade. Ademais, a inclusão de representação política das religiões minoritárias como a indígena e africana no Congresso Nacional ajudará a ampliar sua visibilidade, através de leis e quadros quanto ao investimento dedicado às causas de fé, além de destaque midiático e dias específicos para celebração de suas memórias. Assim o impacto das diferenças diminuirá e o conceito da liberdade religiosa ^{de} dependerá de medidas de desigualdade oriundas da competição e preconceito, colaborando para que se concretize o ideal exposto na Constituição Federal.